



UM programa, qualquer programa, como este da Política Económica e Social que o Governo acaba de apresentar ao País, só adquire a sua expressão definitiva no desenvolvimento ulterior de cada capítulo e das correções que a prática lhe introduz. Até lá o que pode e deve defini-lo é a coesão política das suas linhas de opção, a unidade que, desde a selecção das matérias consideradas de base ao tratamento no pormenor, permanece e elimina a contradição.

Será isso que lhe garante eficácia e duração; é daí que ressalta, com maior ou menor realismo, um conceito das relações do homem português de agora com a sociedade daqui e de hoje, através de novas propostas de trabalho e de intervenção.

RAZÕES de emergência não terão certamente possibilitado uma participação mais ampla dos sectores nacionais na elaboração deste instrumento da nossa vida colectiva.

Daí que, na especialidade pelo menos, se lhe possam ter reações controversas, incitações ao diálogo. Mas se de alguma forma um Programa é um apelo à responsabilização colectiva — ao diálogo, portanto, — essas contribuições críticas poderão robustecê-lo e alargar-lhe o alcance.

E nesse espírito de análise que a omissão duma rubrica



Continuação da pág. 1

dedicada à «Informação» justifica desde já uma reticência apreensiva ao Programa de Política Económica e Social.

À partida, a lacuna afigura-se contraditória, se recordarmos que ainda há dias o Governo decidiu valorizar significativamente este sector, concedendo-lhe maior independência com a nomeação de um ministro, o comandante Jesuino Correia. Mas é sobretudo desencorajante e susceptível de adensar o clima de instabilidade empresarial que há longos meses tem vindo a dominar este sector.

Atingida pela crise mundial das matérias-primas, a indústria gráfica do País, e em particular a da Imprensa diária, vê-se agravada por condicionamentos internos e de ordem nacional que a tornam crescentemente deficitária na sua quase totalidade. Reajustamentos salariais, restrições de crédito, diminuição de publicidade — estes e outros factores estão na base do saldo negativo das empresas e são do conhecimento público através dos conflitos que nalgumas se têm levantado. E longe de se desanuviar, o horizonte financeiro tende a ensombrar-se ainda mais com as necessidades de reequipamento que se verificam em grande parte das unidades da Imprensa.

Como se previa e se está verificando, não constitui contrapartida de compensação o aumento de preço dos jornais que o Governo entendeu fixar, à margem dos estudos elaborados pela Direcção-Geral dos Preços. Nem parece possível que, ao contrário da política praticada noutros países, uma indústria como esta, de interesse público, deva continuar submetida às pressões do mercado financeiro e às soluções de recurso com que se debatem as iniciativas de âmbito privado. Pelo contrário, o que está em causa é toda uma política de apoio estatal argumentada na função social da Imprensa. A concessão de subsídios e de financiamentos específicos com vistas ao reequipamento das empresas, a redução das tarifas das comunicações, o estabelecimento de uma pauta especial de combustíveis e de energia e a atribuição de certas isenções fiscais, são medidas que ocorrem num primeiro confronto com as soluções adoptadas no estrangeiro.

NA etapa de esclarecimento e dinamização cultural em que estamos empenhados, a Imprensa tem mais do que nunca a responsabilidade da palavra e o peso da opinião.

Constitui, no maior rigor, um serviço nacional que só em clima estável de trabalho e de reflexão se pode desenvolver.

Isso bastaria, quer-nos parecer, para que, no Plano da nova vida portuguesa, ela figurasse como alínea de reestruturação. E que, exigindo-se-lhe clareza e isenção, lhe fosse dado estímulo prático e programado perspectivas de futuro.